

COERÊNCIA IDEOLÓGICA E ESTATISMO NO LEGISLATIVO MUNICIPAL CATARINENSE (2013-2016)

Filipe Vicentini Faeti (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Ednaldo Aparecido Ribeiro (Orientador), e-mail: ednaldoribeiro@icloud.com.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

Área / subárea Ciências Humanas / Ciência Política

Palavras-chave: estatismo, coerência ideológica, elites.

Resumo

Trabalhos acerca de elites políticas são recorrentes na Ciência Política, sendo que os valores políticos dos indivíduos pertencentes a esse grupo são mais importantes para a democracia do que os dos demais cidadãos, uma vez que são as elites políticas que conduzem os processos políticos. A partir das tensões políticas que vivemos desde 2013 e da grande produção de artigos sobre o descrédito em partidos, em políticos e na política por parte da população em geral, este trabalho objetiva verificar atributos sociodemográficos e atitudinais relativos aos traços políticos dos vereadores do Estado de Santa Catarina, sobretudo quanto ao estatismo, de modo que o trabalho visa a verificação da existência de tais indicadores e a distribuição dos vereadores a partir do prisma ideológico. Os dados utilizados são fruto do "1º Censo Legislativo Municipal Catarinense" e foram processados a partir do pacote estatístico SPSS18, com o uso de técnicas para análises estatísticas descritivas. Os resultados obtidos apontam que a pobreza não constitui problema central para elites, ainda que a elite estudada seja estatista, sendo que seu entendimento é de que a melhoria da condição de vida do cidadão brasileiro decorreria, em alguma medida, da melhoria do setor público.

Introdução

A institucionalização do campo da cultura política ocorre a partir da publicação do livro "The Civic Culture" (ALMOND; VERBA, 1989) que define cultura política; "como particular configuração dos padrões de orientação em relação aos objetos políticos partilhados por seus membros [...]. Motivações que estão por trás das ações dos atores sociais no campo da política" (GIMENES, 2014, p.120).

Já o sistema político é classificado como estruturas de encaminhamento e satisfação de demandas, e autoavaliação do cidadão quanto a sua atuação como ator político de uma dada sociedade. Para o funcionamento do sistema político, é necessário a " construção de uma conexão entre

variáveis individuais e estruturas políticas' (GIMENES, 2014, p.122). Portanto, a legitimidade de um sistema político passaria pela adesão dos indivíduos no plano abstrato e concreto da sociedade, que é caracterizada pela divisão em classes que varia conforme os padrões culturais, políticos, econômicos que definem hierarquias de importância entre as disposições individuais que delimitam ou não a atuação dos distintos grupos que compõem a coletividade.

É nesse sentido que " se os valores dos cidadãos comuns são relevantes, aqueles partilhados pelas elites são ainda mais"(GIMENES, 2014, p.122). Nesse sentido, o estudo do arranjo da elite e suas estratégias de atuação, possibilita o cientista político reter informações cruciais quanto a estrutura do sistema político. Apesar das várias críticas elaboradas contra pressupostos da teoria elitista, é inegável que mesmo no atual regime democrático existem grupos politicamente ativos que controlam os processos de elaboração e decisão política.

O atual trabalho tem como propósito a análise de um segmento da elite política nacional, que até então tem sido pouco explorada por pesquisadores nacionais; os políticos que compõem o legislativo municipal. Estudiosos como (CHEIBUB, 1996; ALMEIDA; LUCHMANN; RIBEIRO, 2012) analisaram as elites parlamentares federais, enquanto (PERESSINOTO, 2007) as elites regionais, pouco foi produzido acerca dos membros que integram o legislativo municipal. A cultura política da elite não pode ser subestimada, pois tem papel central na elaboração e formulação de políticas sociais, desconsiderar isso é ingenuidade (DAHL, 1997). Por outro lado, reconhecer seu papel fundamental nesse processo não implica negar importância de outros atores sociais, pelo fato do comportamento desse grupo ser reativo as pressões advindas de outras classes que compõem a coletividade.(REIS, 2000; SCALON, 2007; GIMENES, RIBEIRO, RIPARI, 2012).

Materiais e métodos

Para alcançar a meta almejada nesse trabalho, em um primeiro momento foi necessária a leitura de artigos que trabalham a temática do estatismo para recorte de variáveis relevantes e contextualização do tema.

Os dados usados nesse trabalho foram retirados do "1º Censo Legislativo Municipal Catarinense", as informações processadas pelo software SPSS18, foram realizados testes de análise estatísticas descritiva e testes de associações para dados discretos.

Resultados e Discussão

A pesquisa buscou a partir da leitura de artigos relacionados à temática do estatismo a seleção de variáveis para averiguar a cultura política dos vereadores do Estado de Santa Catarina e sua relação com posicionamento ideológico desses indivíduos. Dentre as variáveis selecionadas se destacam as referentes a questões sociais como; pobreza e trabalho, interrogados quanto para melhora do Brasil o combate a miséria e a fome por meio de

políticas sociais seria prioridade referente a geração de emprego. A maioria dos vereadores, 74,9 % discordou que a melhor forma de combate a miséria seria por meio de programas sociais em detrimento a geração de empregos. Dentre as variáveis referentes a questões econômicas; os vereadores foram interrogados quanto sua preferência em manter o crescimento do país ou controlar a taxa de inflação, para maioria dos vereadores 54,6 % é preferível o controle inflacionário. Também foram selecionadas as variáveis que representam postura estatista dos vereadores, quando perguntados quem deveria administrar os serviços básicos no Brasil. Os resultados demonstram a majoritária defesa dos vereadores quanto a administração de diversos serviços e atividades serem de prioridade governamental, que demonstra uma concepção estatista desse grupo. Posicionamento dos vereadores de Santa Catarina quanto às políticas públicas coaduna com o resultado que afirma sua posição estatista, a maioria dos vereadores 79,5% são contrários a privatização da Petrobrás. Por fim, quanto a integração do Brasil na economia, ao serem perguntados se o país deve se incorporar cada vez mais á economia internacional e ao capital externo, a maioria dos vereadores 55,6% concordam em partes com esse ato. Reforça por um lado os resultados de Scalon (2007), acerca do *estatismo*, pelo fato de uma integração simétrica ser compatível com um modelo de Estado de welfare, que prioriza investimento interno em questões sociais.

De forma geral, a análise ficou restrita a textos de pesquisadores da área como Elisa P. Reis, Celi Scalon, Éder Gimenes, Ednaldo Aparecido Ribeiro e Angélica Ripari.

Conclusões

As variáveis selecionadas nos textos dos autores anteriormente mencionados permitem perceber a relação estabelecida entre cultura política dos vereadores do Estado de Santa Catarina e sua relação com o estatismo. Observamos: (1) a pobreza não constitui uma prioridade a ser combatida pelas elites; (2) se constituem prioridade para a elite o combate a inflação, investimento em segurança e saúde e aumento na escolaridade dos cidadãos; (3) para as elites uma melhoria na condição de vida do brasileiro passa pelo aperfeiçoamento da administração do Estado; (4) a elite investigada nesse trabalho é estatista; (5) prioridade da elite não é o combate efetivo do pauperismo, mas na conservação de seu status-quo.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPQ, que por meio do programa (PIBIC/CNPq/FA/Uem) me concedeu a bolsa de iniciação científica para execução do projeto.

Referências

ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1989.

DAHL, R. A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997.

GIMENES, Éder, Ripari, Angélica Ribeiro, Ednaldo. (2012), Desigualdade, pobreza e ações do Estado: A visão de elites políticas não-estatais. **Mediações**, Londrina, v.18, n.1, p.292-317, jan./jun. 2013.

GIMENES, Éder. Teoria das elites e as elites do poder: considerações sobre a relevância dos teóricos clássicos e de Wright Mills aos estudos de cultura política e democracia. **Revista Agenda Política**, v.2, n.2, 2014.

REIS, Elisa. “Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.15, p.42,143–152, 2000.

SCALON, Celi “Justiça como igualdade? A percepção da elite de do povo brasileiro”. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n.18, p.126–149, jun./dez. 2007.